

Aposentados pagam mais Imposto de Renda com demora na fila do INSS

Quem aguarda na fila de análise do INSS pode ter que enfrentar outra dor de cabeça quando receber o benefício: a mordida mais forte do Imposto de Renda. Isso porque se a concessão demorar mais de 30 dias, o segurado tem direito a receber os valores acumulados mensalmente de uma única vez.

Como a espera tem sido de até um ano, muitos estão recebendo uma bolada e alguns têm sofrido o desconto do Imposto de Renda maior do que o devido. Ou seja, o desconto é aplicado sobre o valor total, não mês a mês.

Assim, o atrasado pago pelo INSS supera a faixa de isenção do IR ou faz com que o aposentado caia numa faixa maior de desconto. Por exemplo, uma pessoa que recebeu R\$ 15.360 em atrasados, referentes a quatro meses de espera, pagou R\$ 3.355 de IR na fonte. Se o valor fosse dividido pelos quatro meses, o imposto descontado seria de R\$ 912. Dessa forma, o segurado teve retidos R\$ 2.443 a mais.

A cobrança do IR é automática, e a alíquota varia de 7,5% a 27,5% dependendo do valor recebido. Quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês não precisa pagar.

Aposentados devem pedir à Receita Federal a restituição desse desconto na declaração anual do Imposto de Renda. Esses valores serão declarados conforme Informe de Rendimentos fornecido pelo INSS.

Mandantes da Chacina de Unai permanecem soltos; servidores fazem protesto

16 anos após a morte dos Auditores Fiscais do trabalho, em Unai, os mandantes do crime permanecem soltos. Nesta terça-feira, 28, data que se completa 16 anos da Chacina de Unai, auditores fiscais do Trabalho se reuniram em frente à SRT/MG (Ministério do Trabalho), no Centro de Belo Horizonte, para protestar contra o assassinato dos colegas e cobrar a prisão dos réus – um deles réu confesso – que continuam recorrendo em liberdade.

Em 28 de janeiro de 2004, três auditores-fiscais do Trabalho (Erastóstenes de Almeida Gonsalves, o Tote, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva) e um motorista (Ailton Pereira de Oliveira), servidores do extinto Ministério do Trabalho, foram mortos a tiros em uma estrada na área rural de Unai. Em novembro de 2018, o empresário Norberto Mânica, apontado como mandante, teve a condenação confirmada em segunda instância. O mesmo aconteceu com os intermediários Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro.

Em razão da morte dos servidores, o 28 de janeiro tornou-se Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Em Brasília também ocorreu um ato, nessa manhã, diante do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), onde tramitam recursos da defesa dos condenados.

Que 'armas' servidor tem na 'guerra da informação' da reforma Administrativa?

Servidores públicos estão no meio de uma guerra. Pelo menos foi assim que o presidente Jair Bolsonaro se referiu a intenção do governo de aprovar a reforma Administrativa prevista para seguir ao Congresso Nacional em fevereiro. Em viagem oficial a Nova Déli, na Índia, Bolsonaro disse que o governo precisa ganhar a "guerra da informação" sobre a reforma. De um lado, servidores entram nesse embate com a vantagem de ter uma boa capacidade organizativa e de reação, mas a favor do governo existe um aparato grande de comunicação em massa que precisa ser encarado. O mercado, por sua vez, já se posicionou nesse ringue como adversário dos servidores e serviços públicos promovendo declarações de que vê com bons olhos congelamentos salariais de servidores e a redução do Estado. A permanente propaganda que aponta a categoria com muitos "privilégios" é outro grande desafio.

Então. Que armas tem o servidor nessa 'guerra da informação'? O foco central da categoria deve ser o diálogo com a sociedade, principal afetada pelos problemas ligados ao desmonte do Estado promovido desde a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por pelo menos vinte anos e já mostra seus reflexos perversos, e que tem potencial para piorar com a reforma Administrativa. Não são só servidores, enfim, que serão prejudicados. Ao contrário, toda a população que depende e tem direito aos serviços públicos está ameaçada.

Estabilidade

Um dos assuntos que o governo mais explora na `guerra da informação` é o direito a estabilidade, direito que não é uma premiação para os maus servidores, destaca a Condsef/Fenadsef, mas uma proteção aos bons, aqueles que defendem os interesses do Estado e, portanto, da população. Concursos públicos também são a melhor maneira de contratação já que substituíram as famigeradas indicações políticas e os chamados `trens da alegria`. Servidores concursados são submetidos a uma série de deveres para com o Estado, devem respeitar inúmeras regras, comprovar renda regularmente para provar que não estão usando recursos públicos indevidamente, além de uma série de outras limitações.

Servidores não possuem direito a FGTS, contribuem com percentuais maiores que os do Regime Geral (RGPS) e também não possuem direito a negociação coletiva o que os coloca em situação de maior vulnerabilidade em cenários como os de agora onde uma onda de ataques ameaça congelamento prolongado de salários. No Executivo, a maioria já está há três anos sem reajuste.

O número excessivo de servidores, muito usado pelo governo como justificativa para `enxugar a máquina pública`, é outro dado que também não corresponde a realidade do setor que enfrenta o desafio de atender uma população que cresce mais de um milhão de habitantes por ano enquanto o número de servidores permanece mais ou menos o mesmo que o da década de 90. Com uma política de ataques e um projeto de desmonte acelerado em curso os reflexos negativos para o setor público estão se fazendo sentir.

O governo, como sabemos, está amparado por uma estrutura que garante divulgação em massa, o mercado está nesse time, e também a imprensa tradicional que em seus editoriais já se posicionou favorável à reforma Administrativa. Essas são fortes barricadas montadas pelos que têm interesse direto no desmonte do Estado. Mas, os colapsos que já começam a prejudicar milhões de brasileiros, como no INSS, na educação e outros setores, incluindo a Receita Federal, mostram que a falta de investimentos públicos, a onda de privatizações, o fim da estabilidade e a política de reduzir o tamanho do Estado são, ao fim e ao cabo, péssimos para toda a população que tem direito constitucional de acesso a serviços públicos.

Mobilização e unidade

Os desafios são enormes, mas não intransponíveis. Uma boa estratégia é essencial e extremamente importante. Nesse ringue a mobilização e a unidade dos servidores também seguirão fundamentais. Unidos de nossa capacidade organizativa, precisamos ampliar o diálogo com a sociedade, mas também buscar o apoio de parlamentares no Congresso Nacional onde a reforça deve ser apresentada. Vale

destacar que a reforma Administrativa não deve alcançar magistrados e parlamentares. Há muita especulação em torno da matéria que deve ser fatiada no Congresso, outra estratégia nessa 'guerra' para dificultar a reação dos servidores. "Nossa força nesse embate está justamente em nossa capacidade de unir forças e estamos em trabalho permanente para enfrentar esses desafios", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Já no dia 12 de fevereiro está agendado um round dessa luta. No auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, a Confederação se junta a centrais sindicais, incluindo a CUT, e outras entidades representativas dos servidores reunidas no Fonasefe. Além do combate à reforma Administrativa, a atividade convocada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos também tem como destaque a defesa dos servidores e serviços públicos, contra as privatizações, em defesa das estatais e da soberania nacional.